Luís Reis Torgal*

Análise Social, vol. XVI (61-62), 1980-1.°-2.°, 279-292

A contra-revolução e a sua imprensa no vintismo: notas de uma investigação**

A contra-revolução ao movimento político português de 1820 começa, por assim dizer, no próprio momento em que se dá o levantamento do Porto de 24 de Agosto, vai crescendo no decorrer do processo revolucionário e tem o seu momento vitorioso no golpe da Vilafrancada, ocorrido em 27 de Maio de 1823. Por isso, não é possível estudar a revolução sem se estudar a contra-revolução, e vice-versa, e, assim, grande parte das fontes e da bibliografia que servem para a análise e interpretação de uma são imprescindíveis para o estudo da outra.

Para o conhecimento do processo contra-revolucionário de 1820 a 1823 é fundamental, portanto, o conhecimento de várias memórias escritas no tempo por políticos de vários quadrantes ou das primeiras tentativas de explicação do fenómeno, publicadas imediatamente depois do desaire do regime vintista. As *Memórias* do conservador Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, que, embora integrando-se no movimento liberal, criticou vivamente o seu percurso, ou as do liberal histórico José Liberato Freire de Carvalho são particularmente importantes para a sua compreensão, como o são o *Diorama de Portugal nos 33 Meses Constitucionais,* do militar inconstante José Sebastião de Saldanha Oliveira Daun, publicado em 1823 e que pretendeu justificar a Vilafrancada, e a *Revolução Anti-Constitucional em 1823, Suas Verdadeiras Causas e Efeitos,* obra anónima publicada em Londres em 1825, mas que é atribuída comummente a liberais de primeira plana do vintismo, José da Silva Carvalho ou Simões Margiochi, e que apresenta, por isso, uma explicação diferente para o colapso

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

** A presente comunicação enquadra-se numa investigação em curso, de que já foram dados a conhecer alguns elementos no trabalho complementar de doutoramento do autor, *A Contra-Revolução durante o Período Vintista. Notas para Uma Investigação,* edição em *stencil,* Coimbra, 1978, e numa conferência, realizada em 11 de Maio de 1979 no auditório do *Jornal de Notícias,* do Porto, promovida pela Secção de Estudos Contemporâneos do Centro de Estudos Humanísticos daquela cidade.

do sistema liberal[1]. Importante é também a leitura paciente das folhas oficiais e dos muitos jornais que então se publicaram, que nos dão conta, embora filtradas pelas suas próprias ideologias, de informações do dia-a-dia do processo político português, como o é naturalmente a documentação existente em variados arquivos, estrangeiros e nacionais, sobretudo na Torre do Tombo e na Biblioteca da Assembleia da República, embora devamos estar precavidos contra a eventualidade da destruição de muitos núcleos documentais do período em questão, ocorrida depois do golpe de Vila Franca[2].

No domínio dos estudos, os trabalhos de Sousa Monteiro, José de Arriaga, Luz Soriano, Tomás Ribeiro, António Viana, realizados ainda no século passado ou no início do presente, são também mais ou menos relevantes, como o é a famosa colecção documental de Clemente José dos Santos[3]. Os estudos mais recentes de Julião Soares de Azevedo, de Fernando Piteira Santos e de Albert Silbert sobre os problemas económicos da revolução, as análises de Damião Peres e de Joaquim de Carvalho na *História de Portugal* e as sínteses de Joel Serrão dão-nos igualmente conta, não só de realidades que estão na base da formação e crise do sistema liberal vintista, como também de condições estruturais e conjunturais que propiciaram o avanço do processo contra-revolucionário[4].

---

[1] Vide *Memórias de Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato Começadas a Escrever por Ele mesmo em Princípios de Janeiro de 1824 e Terminadas em 15 de Julho de 1835 (1777 a 1826)*, Coimbra, 1933; *Memorias da Vida de José Liberato Freire de Carvalho*, Coimbra, 1855; J. S. de Saldanha Oliveira Daun, *Diorama de Portugal nos 33 Mezes Constitucionaes ou Golpe de Vista sobre a Revolução de 1820 — a Constituição de 1822 — a Restauração de 1823. E Acontecimentos Posteriores até ao Fim de Outubro do mesmo Anno*, Lisboa, 1823; *Revolução Anti-Constitucional em 1823, Suas Verdadeiras Causas e Effeitos*, Londres, 1825. Poderiam naturalmente citar-se outras obras idênticas. Escolhemos estas, como exemplo, pelo facto de serem elucidativas, quer pelos elementos que nos fornecem, quer pelo naipe dos seus autores, de variados quadrantes políticos.

[2] Na verdade, temos indicações concretas de que muitos documentos foram destruídos ou «aspados», mesmo por ordem dos próprios governos saídos da Vilafrancada. Talvez por isso, apenas para dar um exemplo, não encontrámos no Arquivo da Universidade de Coimbra a documentação do Foro Académico referente ao período vintista, que nos daria, provavelmente, informações sobre as possíveis posições contra-revolucionárias de alguns lentes e estudantes.

[3] Vide José Maria de Sousa Monteiro, *Historia de Portugal desde o Reinado da Senhora D. Maria Primeira, até á Convenção d'Évora Monte*, t. II e III, Lisboa, 1838; José de Arriaga, *Historia da Revolução Portugueza de 1820*, 4 vols., Porto, 1886-89; Simão José da Luz Soriano, *Historia da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal*, terceira época, t. I e II, Lisboa, 1881 e 1882; Tomás Ribeiro, *Historia da Legislação Liberal Portugueza*, 2 tomos, Lisboa, 1891 e 1892; António Viana, *A Revolução de 1820 e o Congresso de Verona*, Lisboa, 1901, e *A Emancipação do Brazil*, Lisboa, 1922; e *Documentos para a Historia das Cortes Geraes da Nação Portugueza*, compilados por Clemente José dos Santos, t. I, 1820-25, Lisboa, 1883.

[4] Vide Julião Soares Azevedo, *Condições Económicas da Revolução Portuguesa de 1820*, 2.ª ed., Lisboa, 1976; Fernando Piteira Santos, *Geografia e Economia da Revolução de 1820*, Lisboa, 1962; Albert Silbert, *Le*

Compulsando estas obras e algumas das fontes citadas, não nos é difícil, por conseguinte, desenhar, rapidamente, mas com certo rigor, os elementos fundamentais que estiveram na base da agonia do vintismo.

Sintetizando:

Se o atraso estrutural da nossa economia, a sua subordinação em certos sectores à Inglaterra e a crise económica conjuntural que então se verificou foram, em 1820, factores importantes para estimular sobretudo certos estratos da burguesia, desejosa de ascender politicamente, e até certos sectores da nobreza a alterar a face do País, os graves problemas económico-financeiros que se mantinham em 1823, constatados aliás pelo próprio governo, e que se tinham agudizado com a perda do Brasil, eram suficientes para desmobilizar aqueles mesmos sectores da sociedade e para, por outro lado, acicatar os ânimos do clero e da nobreza tradicionais, que se viram prejudicados por algumas medidas do sistema liberal. As massas populares, mormente os sectores rurais, que não viram resolvidos os seus problemas, denunciados durante o curso do processo liberal, também naturalmente aceitariam uma reviravolta política, como aconteceu em 1823.

Se, em 1820, o exército aderia facilmente a um movimento político, pois via-se subalternizado pela presença inglesa, três anos mais tarde, verificando que o processo vintista para que tinha concorrido ultrapassara em muito as suas intenções, sem a contrapartida de reais vantagens para si, facilmente accionaria agora um golpe contra-revolucionário.

Se a presença da família real no Brasil em 1820 fazia que o País se sentisse numa verdadeira situação de colónia, que propicia um sentimento de revolta nacional, a independência da jóia mais preciosa do nosso império ultramarino, ocorrida em Setembro de 1822, facilmente desmoralizaria a consciência portuguesa, e até o próprio sector arreigadamente liberal, que então denunciava o mais evidente sentimento colonialista, tornando as condições favoráveis para uma investida das forças da oposição ao vintismo.

Se, em 1820 e nos anos seguintes, o sector liberal-burguês podia, com relativa facilidade, realizar os seus planos, pois conseguia entusiasmar o País descrente, com os seus ideais de liberdade e de renovação nacional, e vencer, assim, as suas batalhas políticas, na marcha militar, na rua, nos gabinetes ou no Parlamento, devido à sua melhor preparação e à coesão que conseguiu manter durante algum tempo, a sua força foi-se desgastando, não só devido a condições extrínsecas à sua acção que lhe foram desfavoráveis, mas também porque a sua tenacidade fizera afastar do campo político sucessivas levas de liberais mais conservadores, e em particular de tradicionalistas

---

problème agraire portugais au temps des premières cortès libérales, Paris, 1968; Damião Peres e Joaquim de Carvalho, capítulos da *História de Portugal,* ed. monumental, vol. VII, Barcelos, 1935, pp. 9-127; e Joel Serrão, sobretudo artigo «Vintismo» in *Dicionário de História de Portugal,* Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, vol. IV, pp. 321-329.

liberalizantes, e porque o seu «idealismo» e «verbalismo» e a sua acção legal não se prolongaram muitas vezes no próprio campo das reformas reais, que por certo conseguiriam interessar no processo político amplas camadas burguesas e populares da sociedade portuguesa. Assim, em 1823, a impressão que existia, e que os contra-revolucionários procuraram impor, era que o sistema liberal se caracterizava por estéreis lutas parlamentares, por um governo que não governava realmente e pelos imensos debates que dividiam o País em múltiplos sectores, que causavam uma autêntica desorientação nacional. Daí ter cada vez maior impacte toda uma argumentação — já aliás propagada no estrangeiro contra idênticos movimentos políticos — que divulgava a ideia de que o sistema liberal era obra da maçonaria irreligiosa e satânica e que o antigo regime simbolizava a ordem e a religião.

Se, finalmente, sem pretendermos ser exaustivos nos argumentos, o vitorioso movimento liberal em Espanha no início de 1820 criara condições propícias ao desencadear de um processo de idêntico cariz em Portugal, a invasão do país vizinho, nos princípios de 1823, pelas tropas francesas da Sacra Aliança, que se reunira nos anos anteriores em Troppau, Laybach e, por fim, em Verona, para estudar os meios de ataque ao liberalismo avançado, veio naturalmente estabelecer factores favoráveis a qualquer golpe contra o sistema vintista, até porque este nunca pôde contar com o apoio aberto da Inglaterra, que se reduziu, quando muito, a uma posição de neutralidade.

Portanto, podemos dizer que em 1823 havia surgido um conjunto de condições que facilitariam qualquer golpe contra-revolucionário, condições essas que resultaram, por um lado, da incapacidade das forças liberais e, por outro, da acção contra-revolucionária de forças de tonalidade política variada e de interesses e intenções diversas, tendo, porém, larga primazia o sector absolutista. Com efeito, é certo que a Vilafrancada e os momentos que se lhe seguiram evidenciam uma coalizão de forças políticas diferentes, mas também não é menos verdade que, embora sem conseguirem levar a efeito totalmente os seus desígnios, as hostes absolutistas jogam nela um papel fundamental e, na prática acabam por dar o tom à realidade política que se sucede até 1826. Aliás, de 1820 a 1823, a acção dos absolutistas é que encarnou fundamentalmente o processo contra-revolucionário concomitante à revolução, salientando-se então as posições firmes do cardeal-patriarca e de D. Carlota Joaquina contra os documentos constitucionais, as acções militares do conde de Amarante e, por fim, de D. Miguel, a actividade parlamentar e panfletária de José Acúrsio das Neves e a pena agressiva de José Agostinho de Macedo ou de Francisco de Assis Castro Mendonça. Vários liberais mais ou menos conservadores e tradicionalistas liberalizantes estiveram em Vila Franca ou entraram na cena política depois do golpe, mas a sua acção, com excepção de casos como o de Palmela, que procurou agir contra o vintismo fora de Portugal, é pouco relevante, verificando-se que, em geral, eles participaram no pró-

prio processo político vintista embora em certos casos procurando nele imprimir, geralmente sem o conseguirem, a sua própria dinâmica. Portanto, podemos dizer — se bem que tal afirmação deva ainda ser testada com posteriores investigações — que a contra-revolução ao vintismo se confunde, fundamentalmente, com a contra-revolução absolutista e com as forças e pessoas que fizeram o seu jogo.

O conhecimento destas linhas gerais quanto às razões que condicionaram e dinamizaram o processo contra-revolucionário não deve, no entanto, afastar-nos de uma necessária investigação que se torna importante fazer em vários campos. Apenas com o objectivo de chamar a atenção para algumas pistas interessantes que importa percorrer, equacionemos, sob a forma de interrogação, certos problemas a que urge dar esclarecimento.

Quais as forças sociais que fundamentalmente estiveram na base da acção contra-revolucionária? Sem dúvida que a dinamizaram ou apoiaram o alto clero e a alta nobreza. Mas qual foi o papel que nela tiveram certos estratos burgueses? A alta magistratura terá contribuído amplamente, como pretenderam os liberais[5]? E qual foi, concretamente, o papel dos militares? E dos professores da Universidade, muitas vezes identificados com as forças reaccionárias? Quanto aos sectores populares, rurais e urbanos, como reagiram perante o avanço e a consumação do movimento contra-revolucionário?

Qual a acção da contra-revolução nas zonas rurais, através sobretudo do púlpito, de que nos dão conta, directa ou indirectamente, certas notícias da imprensa do tempo? Quais as tácticas eleitorais que foram utilizadas em algumas regiões, nomeadamente na Beira e no Minho, que contaram com os elementos mais conservadores das câmaras?

Qual, concretamente, o papel desempenhado pelas grandes famílias em algumas zonas, como, por exemplo, em Trás-os-Montes, a família dos Silveiras, a que pertenciam os condes de Amarante, que tiveram um papel fundamental na acção contra-revolucionária, e António da Silveira Pinto da Fonseca, que abandonou o processo vintista logo em Novembro de 1820?

Para além da imprensa, a que nos vamos referir sucintamente de seguida, quais os processos utilizados pela contra-revolução nos meios urbanos, nomeadamente em Lisboa, Porto e Coimbra? Qual o autêntico significado da Martinhada, movimento muito interessante pelas suas características, pois teve uma feição simultaneamente militar e popular, ultraliberal e reaccionária, e se saldou no avanço decisivo do vintismo pela via liberal? E da «conspiração da Rua Formosa», descoberta em Abril de 1822, que a contra-revolução tentou provar que fora «inventada» pelo governo liberal para pôr em prática as suas «arbitrariedades»? E da chamada «aparição da Senhora da Rocha», ocorrida em fins de Maio desse mesmo ano em Carnaxide, que teve um aproveitamento claramente contra-revolucio-

---

[5] Cfr. *Revolução Anti-Constitucional em 1823*, pp. 2-3.

nário? Por outro lado, o que terá sucedido no Porto, donde saiu o movimento de Agosto de 1820 e que tinha grande peso no xadrês político e económico-social do País? E em Coimbra, cidade universitária, onde, segundo os jornais locais de estudantes liberalistas, os «lentes» tomavam posições contra-revolucionárias e se reuniam em clubes, como o Clube dos Montarroianos [6]?

Qual a acção concreta de certos deputados nas Cortes, que discordaram do curso do processo político, e quais as consequências dessa acção na opinião pública? Referimo-nos não só às primeiras cortes legislativas, que contaram já com deputados manifestamente absolutistas, como Acúrsio das Neves, que liderou a defesa da rainha no processo que lhe foi movido por se recusar a jurar a Constituição, mas também às Cortes Constituintes, onde se sentaram deputados que, embora não manifestassem com total evidência as suas ideias, eram claramente absolutistas, vindo depois, logo que lhes foi possível, a tomar as suas autênticas posições ao lado de D. Miguel. Estamos a falar, por exemplo, do desembargador José Ribeiro Saraiva, que tomara parte activa no processo contra Freire de Andrade e era pai do famoso António Ribeiro Saraiva, futuro agente de D. Miguel em Londres, ou vice-reitor da Universidade, José Pedro da Costa Ribeiro Teixeira, grande animador das manifestações da Vilafrancada em Coimbra, ou do general Álvaro Xavier da Fonseca Coutinho Póvoas, que veio a ser comandante-chefe do exército miguelista.

E, para terminarmos por agora esta simples enunciação de problemas, perguntemos ainda: qual a acção dos diplomatas portugueses do «antigo regime» como elo de ligação entre os contra-revolucionários nacionais e a contra-revolução internacional, nas conferências da Sacra Aliança e através da imprensa dos países onde residiam ou dos seus próprios jornais? E por fim: qual o significado de certas forças políticas brasileiras no processo de desagregação do vintismo? Queremos referir-nos, naturalmente, não tanto às forças liberais, como principalmente a forças absolutistas e conservadoras, que, se desejavam, por interesse próprio ou por nacionalismo, a libertação do Brasil, procurariam também, por outro lado, atacar, de qualquer forma, a experiência liberal portuguesa. O interesse deste problema parece-nos evidente e, por isso, importa conhecermos mais a fundo o processo de autonomização do Brasil. A análise da sua imprensa — que agora não fizemos — pode, por isso, ter também uma grande importância para o assunto em questão.

O estudo da imprensa contra-revolucionária do período vintista assume, sem dúvida, grande significado entre os temas

[6] Cfr. os jornais de Coimbra *Minerva Constitucional*, n.os 1, de 22 de Fevereiro de 1823, a 12, de 10 de Maio do mesmo ano, e *O Publicola*, nº 3, de 29 de Maio de 1823 (o único que encontrámos na Biblioteca Municipal de Coimbra).

que merecem a nossa atenção. A sua importância, com efeito, parece-nos fundamental no processo de crise do nosso primeiro ensaio de liberalismo, pois teve o papel de ir criando uma consciência derrotista relativamente às novas instituições e à situação do País, através das suas críticas, das suas insinuações e dos seus boatos. A característica mais proeminente dela é, pois, o pendor combativo. Os seus jornais e os seus panfletos — as obras doutrinais não têm então existência — raramente apresentam, portanto, um sentido pretensamente objectivo, preferindo utilizar a polémica como arma, embora ela se esconda, por vezes, atrás da ironia e, quase sempre, atrás dos mais firmes protestos de defesa da Constituição e da ordem liberal.

Tomando a iniciativa do ataque ou reflectindo a seu modo os acontecimentos que se passavam na cena política portuguesa favoráveis à oposição ao liberalismo, a imprensa contra-revolucionária teve, na verdade, o papel desmoralizador que as suas intenções exigiam. E a sua função parece-nos neste aspecto ter sido tanto mais eficaz quanto pensamos que o processo liberal português se perdeu sobretudo na cidade, e muito particularmente na capital, local privilegiado da acção da imprensa — que só se produzia em Lisboa, Porto e Coimbra — e onde em especial os liberais dinamizaram o processo revolucionário e foram a pouco e pouco perdendo o impulso até ao desânimo e à desorientação, com que os vamos encontrar nas vésperas e no momento da Vilafrancada.

Apenas mais uma nota preliminar às nossas curtas reflexões sobre a imprensa que consideramos «contra-revolucionária»: entendemos como tal todos os panfletos e jornais que nos parecem evidenciar um nítido carácter de oposição ao sistema vintista. Não é fácil, porém, tal classificação, porque, como dissemos, quase todos eles pretendem manifestar o seu apego às instituições liberais, procurando antes, habilidosamente, provar que a realidade do dia-a-dia não se ajustava a elas, devido aos erros do Governo e também do Parlamento. E essa distinção torna-se ainda mais complicada na medida em que, sobretudo nos fins de 1822 e princípios de 1823, aparecem jornais e panfletos ultraliberais, ou que apelam para um liberalismo consequente, que, atacando principalmente o Governo, seguem por vezes uma linha de acção semelhante. No entanto, por motivos que aqui nem sempre poderemos esclarecer, pensamos que os jornais e panfletos que vamos referir se podem justamente classificar de «contra-revolucionários», podendo mesmo nós dizer que eles se poderão em geral apelidar de «contra-revolucionários absolutistas», pois, como atrás referimos, parece-nos indubitável que foram os defensores do autoritarismo monárquico quem, acima de tudo, carrilou o processo da contra-revolução durante o vintismo, embora — não excluímos a ideia — com a conivência de certos sectores conservadores, mais ou menos liberais.

Em 1820, durante os meses em que se ultrapassaram as primeiras contradições do processo político vintista, apontando

ele já, depois de Novembro, para uma via liberal, cujos limites, no entanto, ainda não eram conhecidos, os defensores do «antigo regime», apesar de terem manifestado, por diversas vezes, que estavam despertos — são conhecidas as posições dos governadores de armas da Beira e de Trás-os-Montes a seguir ao 24 de Agosto, o esforço no sentido de manter a velha ordem por parte da regência, presidida pelo cardeal-patriarca, as tentativas de alguns militares no sentido de evitarem a progressão do movimento político, que culminaram na Martinhada, e, no final do ano, a primeira reacção armada nos Açores, levada a efeito por Garção Stockler —, não se manifestaram ainda, segundo pensamos, através da imprensa. Esta tinha um cariz exclusivamente liberal, no Porto, em Lisboa e em Coimbra [7]. É certo que nascerá em 27 de Setembro *O Correio do Porto*, que mais tarde se tornará um órgão de tendência absolutista, mas por esta altura ele era ainda uma tribuna liberal, tendo então o carácter predominante de noticiarista, que aliás sempre conservou.

Mas se 1820 foi ainda, até certo ponto, um ano de indefinição política, o mesmo já não aconteceu em 1821. Abriram então as Cortes Constituintes e tomaram-se medidas constitucionais e legislativas que não deixavam dúvidas quanto ao carácter claramente liberal do movimento, começando assim a destruir-se, pelo menos no domínio legal, algumas estruturas do anterior sistema absolutista e tradicionalista. Mesmo no domínio eclesiástico, ponto fundamental da mentalidade portuguesa, de grande peso ultramontano, apesar das medidas pombalinas, procurava-se fazer reformas estruturais, particularmente no respeitante às congregações religiosas, não hesitando mesmo alguns membros do clero que aderiam a tal propósito em escrever obras nas quais defendiam a nova ordem liberal e faziam propostas concretas no sentido de reformar a instituïção eclesiástica de acordo com essa ordem. São os casos das *Memórias para as Cortes Lusitanas*, geralmente atribuídas ao trinitário José Possidónio Estrada, e de *O Cidadão Lusitano*, da autoria de Inocêncio António de Miranda, abade de Medrões [8].

---

[7] Lisboa viu então aparecer em catadupa uma série de jornais, dos quais poderemos destacar o *Portuguez Constitucional*, a *Mnemosine Constitucional*, o *Génio Constitucional*, *O Liberal*, *O Amigo do Povo* ou o *Astro da Lusitania*. No Porto, após surgir o *Diário Nacional*, que foi o primeiro periódico do movimento de Agosto, apareceu, para o substituir, a *Regeneração de Portugal* e, depois, *O Correio do Porto*. Em Coimbra ter-se-á publicado somente o *Manifesto da Razão*.

[8] *Memorias para as Cortes Luzitanas em 1821, Que Comprehendem Corpos Regulares D'hum, e D'outro Sexo, Ordens Militares, Corpo Ecclesiastico, Bispos, Abbades, Dizimos, Bullas, Inquisição, Justiça, Tropa, Pensões, Economia, e Policia*, Lisboa, 1821, e *O Cidadão Luzitano. Breve Compendio, em Que Se Demonstrão os Fructos da Constituição, e os Deveres do Cidadão Constitucional para com Deos, para com o Rei, para com a Patria, e para com Todos os Seus Concidadãos. Dialogo entre Um Liberal e Um Servil, o Abbade Roberto, e D. Julio*, Lisboa, 1821.

Perante esta realidade, começa, pois, a despertar mais a sério a consciência integrista portuguesa, que, dando as mãos ao tradicionalismo político, pretendeu fazer crer que as reformas que se desejavam eram conduzidas pelo espírito satânico e maçónico. Assim, aparecem vários folhetos sobre o problema congreganista com este cariz, dos quais se pode destacar, pelo seu título elucidativo, o que tem o nome: *Os Apóstatas da Razão contra as Ordens Religiosas Desbaratados pelas Poderosas Forças da Verdade* [9].

A profusão jornalística liberal e a crítica exacerbada que certos liberais faziam, nos seus periódicos e panfletos, no Parlamento ou na rua, aos defensores do autoritarismo régio, a quem chamavam «servis» ou «corcundas», provocaram o aparecimento de uma vastíssima panfletagem, que, por um lado, procura criticar essa multiplicação de jornais e os jornalistas «improvisados» e «oportunistas» que então proliferavam e que, por outro, pegando no termo «corcunda», o empregava de acordo com os seus interesses, virando-o contra os liberais que o utilizavam. Entre esses folhetos podemos citar: o *Exorcismo contra Periódicos e Outros Malefícios, Cordão da Peste ou Medidas contra o Contágio Periodiqueiro, Forja dos Periódicos ou Exame do Aprendiz Periodiqueiro, O Brás Corcunda, O Brás já sem Corcunda* e *Já Fui Corcunda ou a Zanga dos Periódicos,* alguns dos quais têm sido atribuídos a José Agostinho de Macedo.

Mas a contra-revolução tem já então também os seus próprios jornais, um dos quais revela um vigor combativo que só em 1822 encontra paralelo. Trata-se do jornal, por assim dizer clandestino, publicado sem data precisa e lugar de edição, mas que se pretendia fazer crer que era Londres (do que duvidamos), intitulado *Navalha de Figaró ou a Palmatória do Padre Mestre Inácio Administrada aos Seus Discípulos.*

Ao longo dos três números deste periódico, os únicos que conhecemos, são claras, na verdade, as suas intenções antiliberais e anticonstitucionais, bem como o apelo concreto a que os militares tomassem posições contra a ordem política vigente. Assim, entre as críticas dirigidas aos liberais mais populares destaca-se aquela que, em forma de «Notícia interessante!!!» e de «Aviso à Nação» — nós diríamos em forma de boato, arma terrível, ontem como hoje —, é dirigida a Fernandes Tomás e a Borges Carneiro. Afirmava-se ali que tinha chegado a Inglaterra, no paquete vindo de Lisboa, a soma de 6 contos de réis, para se depositar nos fundos particulares desses dois revolucionários, pelo que as Cortes deveriam fazer averiguações [10]. Por outro lado, nuns versos de pé quebrado, trocistas da reali-

---

[9] Fazemos aqui uma ligeira referência a este tipo de panfletos. Pode encontrar-se um estudo bastante pormenorizado e aprofundado do assunto na obra de José Eduardo Horta Correia, *Liberalismo e Catolicismo. O Problema Congreganista (1820-1823),* Coimbra, 1974.

[10] Cfr. *A Navalha de Figaró,* n.º 1, p. 48.

dade regeneradora, que tinham como refrão o dito «Ai! lé regeneração», dizia-se:

Todos falam sem saber
O que é Constituição
É, eu já vos vou dizer,
Um logro para a Nação.

E, nos mesmos versos, procurando ganhar os militares para a contra-revolução, podia ler-se:

Por entre a tropa valente,
Não há quem mostre valor;
Desligando a pobre gente
Das cadeias do rigor [11].

Mas os contra-revolucionários tinham já também o seu jornal «legal». Trata-se da *Gazeta Universal,* aparecida em Lisboa em 1 de Maio de 1821 e tendo como redactores principais Joaquim José Pedro Lopes e José Agostinho de Macedo. Bem diferente da *Navalha de Figaró,* apesar de ser redigido por Macedo, que era temível com a sua pena de combate, este periódico procurava, por estratégia, manter uma certa «objectividade» e, assim, as críticas à realidade liberal que ali se desenrolavam, apesar de evidenciarem um certo crescendo à medida que o tempo ia passando, nunca assumiram um carácter excessivamente polémico.

A imprensa contra-revolucionária crescia, pois, em 1821, circunscrevendo-se, no entanto, a Lisboa, pois não conhecemos nenhuma publicação desta tendência no Porto ou em Coimbra. Estas cidades, entretanto, só conheciam publicações de tipo liberal.

O ano de 1822, se, por um lado, se caracteriza pelo estabelecimento constitucional da ordem liberalista e pelo início do seu funcionamento regular, tomando posse no final do ano o primeiro governo nomeado de acordo com a Constituição e iniciando-se os trabalhos da primeira legislatura, é também já um tempo prenunciador da sua agonia final, denotando-se então um nítido avanço do movimento contra-revolucionário. Com efeito, em Abril descobre-se a «conspiração da Rua Formosa», que, como dissemos, serviu de fundamento à imprensa contra-revolucionária para atacar o Governo; em fins de Maio dá-se a chamada «aparição da Senhora da Rocha», em Carnaxide, que foi aproveitada também pela contra-revolução, escrevendo-se então vários folhetos que pretendiam fazer crer que a presença da Virgem representava a mão da Divina Providência lançada sobre a nação portuguesa para combater a «perversi-

[11] *A Navalha de Figaró,* n.º 2, pp. 89-90.

dade dos costumes»[12]; em Setembro dá-se o rompimento definitivo do Brasil, tema que serviu de cavalo de batalha dos contra-revolucionários, que assim pretendiam «provar» a inépcia do regime liberal[13]; em Outubro, a Sacra Aliança reúne-se em Verona e prepara então o cerco ao liberalismo mais avançado, manifestando-se, naturalmente, o seu eco na imprensa contra-revolucionária portuguesa; em Novembro, D. Carlota Joaquina recusa-se a jurar a Constituição; em Dezembro abrem as primeiras Cortes Legislativas, que contam já com deputados que vão constituir um sector claramente absolutista, liderado por Acúrsio das Neves, que vai, ali, ainda nesse mês, defender a posição que a rainha havia assumido[14].

Perante esta realidade, é evidente que a imprensa contra-revolucionária haveria de multiplicar as suas publicações e de reforçar a sua acção.

No domínio da panfletagem, para além dos folhetos que seguem a temática já manifestada anteriormente[15], aparecem outros com temas complementares. Assim, por exemplo, o maniqueísmo político-religioso, de grande impacte, conhece agora alguns panfletos que apresentam como figura de primeira plana o Diabo, que é tido como responsável pela situação caótica do País ou então se defende dessa responsabilidade que lhe im-

---

[12] O primeiro panfleto sobre o assunto intitula-se *Descripção de Hum Prodigio Raro, e Descoberto em Huma Lapa, no Dia 28 de Maio, na Ribeira do Rio Jamor, Freguezia de S. Romão de Carnaxide, e Vários Acontecimentos Que depois Se Tem Seguido, com Novena Propria á mesma Senhora,* Lisboa, 1822. Nele se pode ler: «Sempre em todos os tempos a Nação Portugueza, nas epocas em que a mesma precisa de protecção superior, para se levantar dos precipicios a que se tem visto exposta! Então a Divina Providencia agraceia esta Nação, com hum singular, ou particular prodigio: tal he a fé com que muitas almas boas conservando-se firmes, e constantes, no bem estar da Religião, orão incessantemente a Deos pelas necessidades da Patria, para que aparte dos seus filhos a preversidade de costumes.» (p. 3.) Outros panfletos se seguiram a este, dos quais se pode destacar, no próprio ano de 1822, o que se intitula *Memoria de Huma Lapa, Descoberta no Dia 28 de Maio de 1822 na Ribeira do Jamor.* O sentido político atribuído a esta «aparição» tornou-se ainda mais evidente depois da Vilafrancada, como se pode verificar através de algumas notícias da *Gazeta de Lisboa* (vide n.º 134, de 7 de Junho de 1823, p. 1056; n.º 148, de 25 de Junho de 1823, p. 1128; e n.º 8, de 9 de Janeiro de 1824, p. 29) e das afirmações de alguns panfletos (vide, por exemplo, *O Punhal dos Corcundas,* n.º 1, p. 23).

[13] Exemplo disso é o opúsculo *Portugal e o Brazil. Observações Politicas aos Ultimos Acontecimentos do Brazil,* Lisboa, 1822, da autoria de Francisco de Alpoim Meneses, um dos principais inculpados da «conspiração da Rua Formosa».

[14] Vide *Diario das Cortes da Nação Portugueza,* segunda legislatura, t. I, Lisboa, 1822, sessões de 24 e 27 de Dezembro de 1822, pp. 241-285.

[15] Registemos aqui um título, particularmente significativo pelo seu tom maniqueísta, de uma obra de crítica a *O Cidadão Lusitano: A Religião em Triunfo Defendida e Sustentada pela mesma. A Regeneração da Patria e a Causa da Patria Libertada da Superstição da Inveterada Seita Maçonica. Neste Tratado Se Refuta a Opinião do Autor do Compendio Intitulado Cidadão Luzitano, a Respeito da Boa Fé em Que Tem a Augusta Irmandade de Jerusalem. Dialogo entre Um Liberal Exaltado, e um Corcunda Pacifico. Por Hum Portuguez Christão, Inimigo de Abusos, e Seitas, Amante da Religião, das Leis, e da Verdade; e Verdadeiro Constitucional,* Lisboa, 1822.

putam porque, conforme dizia, os crimes então cometidos em Portugal ultrapassavam, pela sua gravidade, as suas capacidades. É este o caso da série de folhetos que tem o significativo título *Declaração Que Fez o Diabo em Sua Defesa contra os Crimes Que Lhe Imputam* [16].

Dois tipos de panfletos parecem-nos, no entanto, dignos de serem destacados, pois representam duas formas bem diferentes de escrever por parte dos seus autores. Referimo-nos, por um lado, às *Cartas de Um Português aos Seus Concidadãos*, de Acúrsio das Neves [17], e, por outro, a *A Facécia Liberal e o Entusiasmo Constitucional*, de Francisco de Assis Castro Mendonça [18].

Enquanto a primeira série de folhetos, que apresenta uma forma epistolar, manifestando, de resto, a personalidade do seu autor, que é, sem dúvida, uma das figuras absolutistas mais cultas, verticais e corajosas, revela, embora com os cuidados especiais que o tempo exigia, uma crítica autêntica e aberta da realidade liberal e uma certa defesa dos regimes autoritários e evidencia, em alguns traços, uma certa tentativa de análise doutrinal [19], os panfletos de Castro Mendonça, irmão do mais relevante teórico absolutista da primeira metade do século, José da Gama e Castro, caracterizam-se, como tantos outros do tempo, por uma crítica repassada de ironia, à realidade liberal em nome do próprio liberalismo. Assim, se defendem arreigadamente a Constituição, atacam com veemência

[16] Dentro deste ciclo «diabólico» queremos destacar, pelo seu interesse, o panfleto *Diabo Coxo* (Lisboa, 1822), que se propõe criticar a realidade portuguesa, não só na sua dimensão estritamente política, como na sua vida quotidiana. Pelo seu título elucidativo, pode também referir-se o panfleto, já publicado depois da Vilafrancada, intitulado: *Diabo á solta em 24 d'Agosto.*

[17] *Cartas de Hum Portuguez aos Seus Concidadãos sobre Differentes Objectos de Utilidade Geral, e Individual,* Lisboa, 1822. Esta série é continuada depois da Vilafrancada: *Continuação das Cartas aos Portuguezes. Seguem-se as Que Forão Escriptas depois da Restauração do Governo Legitimo de S. Magestade,* Lisboa, 1823.

[18] *A Facecia Liberal e o Enthusiasmo Constitucional. Dialogo entre Hum Solitario e Hum Enthusiasta,* n.os 1-6, Lisboa, 1822.

[19] Acúrsio, nas *Cartas* — que, de resto, assinou, o que não era muito comum no tempo, em que eram vulgares os pseudónimos ou o anonimato —, referiu-se à crise económica e política do País, manifestando sobretudo as suas preocupações quanto a esta; atacou o «espírito de facção» que, segundo ele, caracterizava a realidade que presenciava; denunciou o sentido anarquizante de uns e o oportunismo e servilismo de outros, que defendiam intransigentemente a ordem liberal estabelecida, sem nela admitir defeitos; protestou contra a «táctica dos revolucionários», que, utilizando certos chavões, pretendiam destruir o altar e o trono; apelou para a Sacra Aliança para que ela viesse salvar a sociedade; defendeu os governos autoritários, considerando o «despotismo» — segundo as concepções do «naturalismo político» de Montesquieu interpretadas de modo contra-revolucionário — não necessariamente um sistema por natureza escravizador, mas uma «forma de governo» característica de determinados povos; numa visão pragmatista, aceitou as reformas políticas e, sobretudo, as reformas económicas desde que não atentassem substancialmente contra a ordem que era necessário «conservar»; defendeu uma sociedade basicamente assente na religião, marcando a ligação essencial entre o trono e o altar.

alguns liberais e, sobretudo, o Governo, no qual se destaca o ministro da Guerra, Cândido José Xavier, e o ministro da Justiça, Silva Carvalho. E, na sequência desta orientação, criticam vivamente Pamplona, que era uma espécie de braço direito do ministro da Guerra, e propõem-se substituir no comando militar Sepúlveda por Jorge Avilez, outro militar prestigioso das hostes liberais. Por outro lado, um pouco para justificar o «liberalismo» do seu autor, os panfletos defendem apaixonadamente, embora com certa ironia, Borges Carneiro, ao mesmo tempo que chegam a esboçar uma crítica, que, todavia, não é acabada, ao moderado Trigoso. A queda do Governo é, porém, o principal objectivo, de resto confessado, do redactor da *Facécia* e de outros panfletos que se lhe seguiram [20].

Quanto à imprensa periódica, verifica-se o surgir de novos títulos, que se assemelham, pelo seu carácter combativo, mais à *Navalha de Figaró* do que à *Gazeta Universal.* Trata-se de *O Patriota Sandoval,* que se publicou somente de 4 a 25 de Janeiro, altura em que foi suspenso, *O Novo Hércules,* aparecido em Setembro para substituir o primeiro, e a *Trombeta Lusitana,* surgida em Novembro. Quanto aos dois primeiros jornais, eram redigidos por Cândido de Almeida Sandoval, que não era propriamente um defensor das ideias absolutistas, mas um testa-de-ferro, um daqueles homens que, mercê do seu histerismo combativo, são utilizados, com eficiência, no combate político [21]. Quanto à *Trombeta,* comummente identificada com o «partido corcunda», lançava, como os anteriores, toda a espécie de diatribes contra o Governo, atacando particularmente, como era vulgar, o ministro Silva Carvalho e procurando mostrar que os liberais eram a causa fundamental da degradação do País [22].

Portanto, enquanto a imprensa contra-revolucionária formalmente moderada, como a *Gazeta* e o próprio *Correio do Porto,* evidenciava mais claramente a sua verdadeira tendência, consolidava-se um jornalismo aguerrido, de combate ao sistema liberal, que, ao lado de um panfletismo feroz e acompanhando algumas acções sediciosas, certa actividade parlamentar e o

---

[20] Cfr. *Facecia, Somnambulismo do Solitario da Facecia,* Lisboa, 1822, e *Defeza dos Escriptores Liberaes ou Analyse do Artigo «Ministerio Abaixo» do Diario do Governo n.º 219 pelo Redactor da Facecia,* Lisboa, 1822.

[21] O autor do panfleto *Sandoval Nú, e Crú,* Lisboa, 1823, decerto José Agostinho de Macedo — que foi também vítima da sua pena violenta —, dizia de Sandoval: «É um homem que foge de todos os Governos, e serve a todos os partidos.» (p. 4).

[22] As críticas a Silva Carvalho ocupam, na verdade, um significado particular na *Trombeta.* Ele é ali apelidado de «monstro», de «César português» e de outros insultos semelhantes (cfr., por exemplo, n.º 13, de 12 de Dezembro de 1822, artigo «Desmascarou-se o homem»). Mas o que pretende sobretudo a *Trombeta* é convencer o leitor da miséria material e moral a que o País tinha chegado. Assim, no artigo «As estatuas falando», a que representa a Riqueza afirma que, pelas mãos das Cortes, se lançou muito dinheiro no País e, no entanto, conforme afirmava a estátua que simbolizava a Indigência, a pobreza era ali cada vez maior; a Sabedoria, por seu lado, troçava da ignorância dos deputados e a Justiça, a Verdade e a Religião consideravam-se constantemente ofendidas (n.º 36, 6 de Fevereiro de 1823).

cerco internacional que se adensava, punha cada vez mais em perigo o jovem liberalismo português.

Finalmente, chegamos a 1823, o ano do toque de finados da nossa experiência liberal, o ano da sublevação do conde de Amarante, que se verificou em Fevereiro, da invasão da Espanha pelas tropas francesas, que ocorreu em Abril, e, finalmente, da Vilafrancada, que se deu em Maio, sem que as forças liberais soubessem dar-lhe resposta firme e adequada.

Acompanhando esta situação de descontrolo e concorrendo para ela — aliás também para ela contribuíam os jornais ultraliberais que dirigiam ao Governo ataques sem quartel [23] —, os contra-revolucionários fizeram aparecer, logo a partir de Janeiro, uma série de folhas que têm em comum o seu título «instrumental» ou «musical» e o seu carácter de polémica viva contra as figuras proeminentes do liberalismo e sobretudo contra o Governo, em particular Silva Carvalho. Assim, juntando-se à *Trombeta,* sucedem-se *O Rabecão, A Sega-Rega, A Gaita* e *O Serpentão,* que foi talvez o último da série e que afirmava, com certa explicitude, que era «mais um instrumento, para ser orquestra completa» [24].

A «música» estridente desta «orquestra» é, porém, interrompida em Março de 1823, assim como são suspensos os «sons» muito mais suaves da *Gazeta Universal* [25]. O Governo tentava ainda utilizar a força que lhe restava para evitar a confusão. Só ficou da imprensa contra-revolucionária *O Correio do Porto,* que talvez nem se possa apelidar com tais termos devido ao seu carácter de «noticiarista», ao qual se veio juntar, já no mês de Maio, *O Noticiador Conciso,* que se publicou em Coimbra e que só durou até Julho, sem dúvida porque, com a vitória do movimento de Vila Franca, já não se justificava a sua publicação [26].

Portanto, como se viu, a imprensa contra-revolucionária, no decorrer do vintismo, através dos seus panfletos e dos seus jornais, jogou um papel de primeira plana no processo de desagregação do sistema liberal, carrilando ideias de grande embate e, sobretudo, críticas bem dirigidas, que criavam uma consciência derrotista da situação, que crescentemente se agravava e que terminou no golpe de Vila Franca.

---

[23] É esse, por exemplo, o caso do *Argos Lusitano,* que se intitulava «Jornal anti-ministerial», cujo n.º 1 surgiu em 9 de Janeiro de 1823, bem como, em Coimbra, redigido pelo estudante radical José Joaquim de Almeida Moura Coutinho, a *Minerva Constitucional,* que depois foi continuada por *O Publícola.*

[24] *O Rabecão,* Lisboa, n.º 1, de 4 de Janeiro de 1823, a n.º 10, de 8 de Março de 1823; *A Sega-Rega,* Lisboa, n.º 1, de 15 de Fevereiro de 1823, a n.º 8, de 12 de Março de 1823; *A Gaita,* Lisboa, n.º 1, de 22 de Fevereiro de 1823, a n.º 4, de 5 de Março de 1823; *O Serpentão,* n.ºs 1-3, 1823.

[25] O último número da *Gazeta,* o 53, era publicado em 6 de Março de 1823, tendo sido um dos seus redactores, Joaquim José Pedro Lopes, removido para Coruche.

[26] *O Noticiador Conciso,* Coimbra, n.º 1, de 15 de Maio de 1823, a n.º 19, de 3 de Julho de 1823.